



USP deve acabar com lista tríplex para diretor

Medida, porém, não vale para a eleição do reitor, que continuaria com três opções de nomes; reforma ainda prevê mais tarefas para a vice-reitoria

Victor Vieira

ESTADÃO
•edu

Além da discussão orçamentária da Universidade de São Paulo (USP), que reduzirá os investimentos neste ano em quase 30%, já se iniciam os debates para a reforma administrativa da instituição. Entre as medidas propostas pelo reitor Marco Antonio Zago, estão o fim das listas tríplexes para indicar diretores de unidades e a distribuição de mais tarefas à vice-reitoria, medidas que sinalizam a descentralização da tomada de decisões. Para a escolha de reitores, porém, Zago defende a lista tríplex, como é hoje.

O foco central da reunião de hoje do Conselho Universitário, órgão máximo da USP, é a aprovação do orçamento, estrangulado pela crise financeira que a instituição vive desde

2013. Apesar disso, as novas propostas administrativas foram incluídas na pauta do encontro.

Pela legislação atual, as unidades fazem eleições internas para escolher diretores, com maioria de professores entre os votantes. Os três nomes mais lembrados formam uma lista enviada ao reitor, que dá a palavra final. O costume é ratificar as decisões das escolas e confirmar o mais votado. A eliminação das listas, segundo Zago, tem caráter mais simbólico do que prático. “Mesmo que eu sempre escolha o primeiro, há uma subordinação implícita, que não é necessária”, disse o reitor ao Esta-

do. “É melhor termos diretores que se sintam mais independentes.”

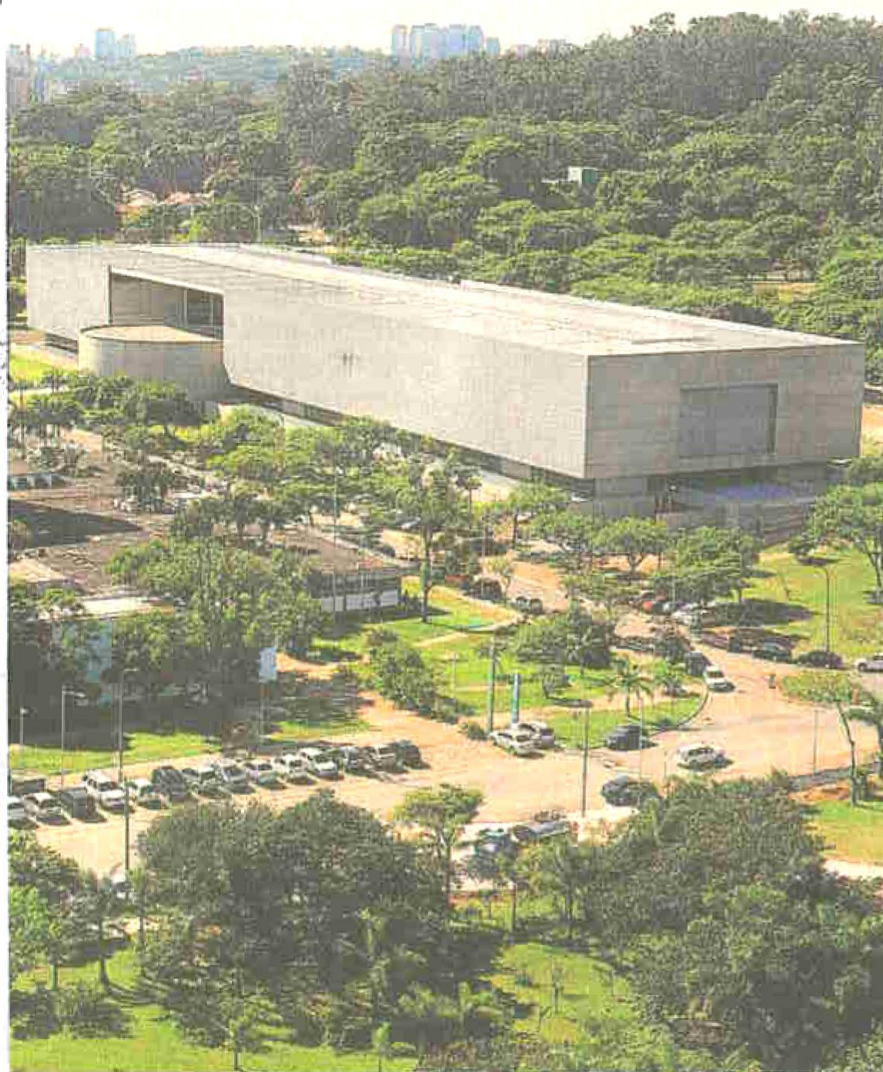
A desconcentração administrativa foi uma das promessas de campanha de Zago no ano passado. O ex-reitor João Grandino Rodas (2010-2014) era considerado centralizador e a falta de diálogo com diretores de unidades foi alvo de críticas no fim da gestão. São previstos neste ano encontros do conselho para discutir a reforma das estruturas de poder da USP. O primeiro será em 25 de março.

Já a ideia de eleições diretas para reitor, tema que motivou a ocupação do prédio da reitoria em outubro de 2013 pelos alunos, não será defendida por Zago. “É diferente. A escolha do reitor não é privativa da USP. A sociedade deve participar”, argumentou. Para ele, no entanto, a participação externa não precisa ser pela figura do governador. “A lista poderia ser enviada à Assembleia Legislativa, por exemplo.” Movimentos estudantis e de funcionários da

● No vermelho

29,43%

Foi o quanto a USP reduziu no orçamento para custeio e investimentos em 2014, em comparação com 2013. Do orçamento de R\$ 5 bilhões, 99,96% estão comprometidos com pessoal.



Câmpus. Eleição direta, no entanto, não será defendida

USP, além da associação de docentes, são favoráveis às eleições diretas com voto paritário.

Divisão de tarefas. Outra ideia proposta por Zago é dar mais poderes ao vice-reitor, que coordenará toda a administração da universidade. “A vice-reitoria sempre foi esvaziada porque nunca teve função clara”, disse

Zago. Com a reforma, serão eliminadas duas vice-reitorias, a Executiva de Administração e a de Relações Internacionais.

Segundo membros do conselho ouvidos pelo **Estado**, as mudanças ainda são tímidas, mas indicam o tom que deve ser adotado nesta gestão. O entendimento é de que descentralizar as decisões é positivo, mas exige

MPE é contra liberação da USP Leste

● O Ministério Público Estadual deu novo parecer contra a liberação do câmpus da USP Leste, interdito desde janeiro por problemas ambientais. Segundo o documento enviado à Justiça, não é possível afirmar que está afastado o risco de explosões no local, contaminado por gás metano e óleos minerais cancerígenos. O pedido de reabertura havia sido feito pela USP.

Já a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) informou que “os últimos dados de medição dos gases na área continuam não constatando uma situação de risco iminente”, mas é necessário o sistema para remover o metano. De acordo com a USP, já foi contratada a instalação de chaminés e são providenciadas bombas de extração de gases para a unidade. /v.v.

acompanhamento e responsabilização por falhas na condução de obras, programas ou unidades. Um dos casos citados é o do ex diretor da USP Leste, José Jorge Boueri Filho, investigado pelo Ministério Público Estadual pelo depósito de terra de origem clandestina no câmpus em 2011, uma das principais causas da contaminação do terreno.